

**REVOLUÇÃO CUBANA: A CRISE DOS ANOS 90 E A REDEFINIÇÃO DOS RUMOS  
DO SOCIALISMO**

Emilly Couto Feitosa \*

**Resumo**

O presente trabalho tem por objetivo analisar o contexto político, econômico e social de Cuba entre o final da década de 80 e meados da década de 90, quando o país enfrentou uma de suas mais graves crises desde o início da revolução: o “Período Especial em Tempos de Paz”. Através do estudo dessa crise e das reformas que se seguiram a ela, procuro compreender o processo de redefinição dos rumos do socialismo cubano. No entanto, não acredito que essas reformas representem uma crise de hegemonia do socialismo. Elas são, na verdade, uma peça fundamental para se pensar na redefinição das relações entre a sociedade política e a sociedade civil cubanas e na reconstituição de um bloco histórico revolucionário, em prol de uma rearticulação da hegemonia do socialismo cubano, sobre novas bases.

**Palavras-Chave:** Revolução Cubana, crise e rearticulação da hegemonia.

**Abstract**

The purpose of this study is to analyse the social, political and economical context lived by the cubans in the period between the end of the eighties and the middle of the nineties, when the country faced one of the most serious crisis since the beginning of the revolution: the “Special Period in Times of Peace”. Through the study of that crisis and the reforms which came after it, I try to understand the process which led the cuban socialism to a new tendency. However, I do not believe that those reforms represent a hegemony crisis of socialism. Actually, they are essential to help us think about the new tendency of the relations between the political and the civilian cuban society, as well as about the reconstitution of a revolutionary historical bloc for the rearticulation of the cuban socialism hegemony, under new bases.

**Word-Key:** Cuban Revolution, crisis and hegemony rearticulation.

---

\* Graduanda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), sob a orientação do prof<sup>o</sup>. Dr. Daniel Aarão Reis Filho.

A Revolução Cubana deve ser entendida historicamente como o resultado de uma série de fatores anteriores a 1959. Nesse sentido, é importante considerarmos a forte presença dos Estados Unidos desde a independência da ilha até o seu apoio ao Golpe de Estado de 1952; a questão da soberania nacional cubana; e a corrupção, os governos ditatoriais; o aprofundamento das desigualdades sócio-econômicas e as insurreições populares que marcaram o seu período republicano.

Podemos afirmar que a Revolução Cubana foi fruto, sobretudo, de insatisfações políticas, devido à ditadura de Batista e à dominação estadunidense no país. Além disso, também é preciso considerar a dependência econômica com relação aos Estados Unidos e à monocultura da cana e a crescente desigualdade social entre as classes dominantes e a maioria da população.

Já nos seus primeiros anos, a revolução enveredou num programa de reformas radical: reforma agrária que acabou com o latifúndio em menos de um ano, rompendo de vez com a propriedade privada no campo; confisco de propriedades; nacionalização de bancos e empresas estrangeiras; reforma educacional e na saúde tornando-as nacionais e gratuitas; e redução das tarifas nas áreas de moradia, telefonia e energia. Um programa que, de 1959 a 1961, foi se radicalizando até ser declarado o caráter socialista da revolução. Ao longo desse processo, as decisões foram centralizadas nas mãos do Estado e este, por sua vez, foi burocratizado e a censura foi estabelecida.

Em resposta às medidas do governo revolucionário e à declaração de Fidel, ocorreu a invasão da Baía dos Porcos, em 1961. Uma ação financiada e organizada pelos Estados Unidos que, apesar de fracassada, fez com que o país vivesse sob a ameaça de outra possível invasão. Além disso, ela acabou fortalecendo a revolução e ajudou a empurrá-la para o campo soviético. Desta forma, a partir de 1962, os dirigentes cubanos entendem a dificuldade de se construir uma experiência autônoma, principalmente depois da invasão da Guatemala, da invasão da Baía dos Porcos e do seu próprio isolamento político-econômico no continente. Esse entendimento, somado às limitações econômicas do país, acabou por conformar a construção da relação entre Cuba e União Soviética e desembocou no episódio da Crise dos Mísseis em outubro deste ano.

Isso posto, a partir de 1963 Cuba estreitou laços com a União Soviética, se beneficiando não apenas financeira e comercialmente, mas também rompendo com o isolamento no continente e podendo contar com o apoio de uma potência contra possíveis ataques dos Estados Unidos. Nesse primeiro momento, o país ainda não tinha abandonado o seu projeto de diversificação

econômica – desenvolvimento das indústrias, substituição de importações e ampliação das exportações para além dos produtos primários. No entanto, o fracasso desse projeto e a entrada de Cuba em 1972 no Conselho Econômico de Ajuda Mútua (CAME) - o qual reunia o bloco dos países liderados pela ex-União Soviética – tiveram conseqüências nos rumos político-econômicos do país. Por um lado, trouxe crescimento econômico, com a elevação do Produto Social Global, do número das indústrias e dos indicadores sociais. Mas, por outro, a autonomia da revolução e a busca de um caminho próprio foram perdidos.

A entrada no CAME marcou uma forte dependência do país com relação à União Soviética, mas é preciso considerarmos o contexto no qual ela se insere. Cuba sofria (e sofre até hoje) com o bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos desde 1961, com o conseqüente isolamento político-econômico no continente, com as várias operações de sabotagem financiadas também pelos EUA, com a falta de recursos internos e com a estagnação da economia. Frente a essa conjunção de fatores, o CAME era a oportunidade para o país superar alguns dos seus problemas e dar uma guinada no fortalecimento interno da revolução.

Desta forma, com a queda da URSS, a relação de dependência que Cuba mantinha com este país repercutiu de maneira profunda na sustentação do socialismo fortemente atrelado ao modelo soviético. Não havia mais com quem contar. É o início do “Período Especial em Tempos de Paz”, quando o país passou pela mais grave crise desde que a revolução triunfou em 1959. Uma crise que exigiu medidas de reestruturação externa e interna que, ao mesmo tempo em que ajudaram o país a se reerguer, também se refletiram num impacto social com o aumento da desigualdade social no país e o surgimento de novos desafios a serem superados, como a questão da dolarização da economia (a qual, aliás, já foi superada) e das contradições geradas pelo turismo.

Portanto, pensar em Cuba nesse contexto de fim da União Soviética e do CAME significa também pensar numa redefinição dos rumos do socialismo cubano, a qual se concretizou num conjunto de reformas: a abolição do monopólio do Estado sobre o comércio exterior; a permissão da participação de capitais estrangeiros na economia do país; a legalização do dólar; o incentivo ao turismo; a introdução do emprego autônomo tributado; o estabelecimento de cooperativas agrícolas em substituição às fazendas estatais; entre outras. Medidas que foram discutidas em todos os locais de trabalho, como forma de garantir o apoio da população às reformas.

Nesse ínterim, houve grande participação popular nas discussões sobre as reformas. Percebendo essa demanda popular pela ampliação da participação acerca dos novos rumos do socialismo cubano, a própria posição do governo cubano mudou e ele passou a difundir as novas idéias da revolução sobre a democracia. Assim, a constituição de 1976 foi modificada em 1992 e o sistema eleitoral cubano sofreu alterações que, na prática, significaram uma descentralização administrativa das funções estatais e, assim, também uma maior participação da população na vida política do país.

No entanto, não acredito que essas reformas representem uma crise de hegemonia do socialismo propriamente dito. Elas são, na verdade, uma peça fundamental para se pensar na redefinição das relações entre a sociedade política e a sociedade civil cubanas e na reconstituição de um bloco histórico revolucionário, em prol de uma rearticulação da hegemonia do socialismo cubano, sobre novas bases. Bases estas que surgiram a partir das novas demandas originárias do contexto de crise dos anos 80 e 90 que abordamos acima.

Foi aberta, em Cuba, a possibilidade da sociedade civil ser ampliada de forma a ocupar os espaços antes exclusivos do governo. Foi de fundamental importância que esta assumisse o papel protagônico no debate ideológico, para que assim pudesse "desempenhar um papel ao mesmo tempo crítico e afirmativo no que diz respeito à sociedade política" (ACANDA, 2006: 236).

Enfim, por trás desta redefinição dos rumos do socialismo cubano está a concepção que compreende o socialismo numa perspectiva mais ampla e plural, ou seja, onde sua existência e evolução não estejam concentradas unicamente nos dispositivos do Estado. Trata-se de compreendê-la enquanto uma experiência vivida e refletida por seres humanos, que não são apenas massa de manobra de um Estado personificado em uma liderança carismática, mas sim agentes de seu próprio destino.

### **Bibliografia**

ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade Civil e Hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006, apêndice, p. 215-236.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora UNESP, 2004. (Coleção Revoluções do Século XX).

CEPAL (Comisión Económica para América a y el Caribe). *La Economía Cubana. Reformas Estructurales y Desempeño em los Noventa*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Revolução Cubana – História e Problemas Atuais*. São Paulo: Xamã, 1998.

GOTT, Richard. *Cuba: Uma Nova História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RAMONET, Ignacio. *Fidel Castro: Biografia a Duas Vozes*. São Paulo: Boitempo, 2006.